

Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão: reflexões a partir de um serviço para homens

Teaching-Research-Extension Indissociability: Reflections from a Service for Men

George Moraes De Luiz

Universidade Federal de Rondonópolis,
Rondonópolis, MT, Brasil
george@ufr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-0477-4930>

Samuel Barros Rodrigues

Universidade Federal de Rondonópolis,
Rondonópolis, MT, Brasil
barrosrodrigues34@outlook.com
<https://orcid.org/0009-0000-3033-3015>

Myllena Oliveira Portela

Universidade Federal de Rondonópolis,
Rondonópolis, MT, Brasil
myllena.portela@aluno.ufr.edu.br
<https://orcid.org/0009-0001-3359-3020>

RESUMO: Este relato de experiência analisa como o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se materializa em práticas universitárias concretas, tomando como estudo de caso o projeto de extensão contínuo Serviço reflexivo para homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do município de Rondonópolis-MT (3ª edição) (SER). Objetiva-se compreender como a articulação dessas três dimensões acadêmicas potencializa a formação profissional, a produção de conhecimento e o impacto social da universidade pública. Metodologicamente, utilizou-se o acompanhamento sistemático dos grupos reflexivos realizados entre 2021 e 2025. A análise demonstra que o SER integra: o ensino, mediante formação continuada de facilitadores e participação de estudantes de graduação e pós-graduação; a pesquisa, através de dois projetos de iniciação científica e três dissertações de mestrado; e a extensão, via atendimento direto a homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica. Os resultados evidenciam que a indissociabilidade enriquece cada dimensão isoladamente, bem como estabelece um ciclo no qual a prática extensionista alimenta a pesquisa, esta que qualifica o ensino e gera conhecimentos que retroalimentam e aprimoram a própria extensão. Conclui-se que projetos estruturados sob esse princípio amplificam o papel transformador da universidade e demonstram a relevância de políticas institucionais que fomentem iniciativas verdadeiramente integradas e replicáveis em outras áreas de atuação universitária.

PALAVRAS-CHAVE: Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, Masculinidades, Violência de gênero.

ABSTRACT: This experience report analyzes how the constitutional principle of indissociability between teaching, research, and extension is materialized in concrete university practices, taking as a case study the continuous extension project “Serviço reflexivo” for men referred by the Specialized Court for Domestic and Family Violence Against Women from the municipality of Rondonópolis-MT (3ª edition) (SER). The objective is to understand how the articulation of these three academic dimensions enhances professional training, knowledge production, and the social impact of public universities. Methodologically, systematic monitoring of reflective groups conducted between 2021 and 2025 was employed. The analysis demonstrates that SER integrates: teaching, through continuous training of facilitators and participation of undergraduate and graduate students; research, through two scientific initiation projects and three master's dissertations; and extension, via direct assistance for men referred by the Specialized Court for Domestic Violence. The results show that indissociability not only enriches each dimension individually, but establishes a cycle in which extension practice feeds research, which qualifies teaching and generates knowledge that feeds back and improves extension itself. It is concluded that projects structured under this principle amplify the transformative role of the university and demonstrates the relevance of institutional policies that foster truly integrated and replicable initiatives in other areas of university action.

KEYWORDS: Teaching-research-extension indissociability, Masculinities, Gender violence.

Introdução

O princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988) orienta as universidades públicas a atuarem de forma integrada no enfrentamento da violência contra a mulher. A agressão doméstica contra a mulher configura-se como uma das mais graves violações de direitos humanos no Brasil contemporâneo (Organização dos Estados Americanos, 1994). Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2024) indicam que, em 2023, foram registrados 1.467 feminicídios no país – uma mulher morta a cada seis horas – e mais de 258 mil denúncias de violência doméstica, evidenciando a magnitude e persistência desse fenômeno. Diante desse cenário, torna-se necessário o desenvolvimento de estratégias de intervenção que transcendam abordagens exclusivamente punitivas. Na universidade, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão pode promover transformações efetivas nos padrões de masculinidade associados à violência contra a mulher.

Neste contexto, e reconhecendo que a universidade pública possui um papel social transformador (Freire, 1996), o curso de psicologia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) desenvolve, desde 2021, o projeto de extensão contínuo

Serviço reflexivo para homens encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do município de Rondonópolis-MT (3ª edição) – doravante denominado SER. A justificativa central deste relato é demonstrar como esse serviço materializa o princípio da indissociabilidade universitária, configurando-se como um modelo de resposta acadêmica a uma demanda social urgente. A relevância desta sistematização reside na baixa produção científica sobre modelos universitários que efetivamente integram ensino, pesquisa e extensão no trabalho com homens autores de violência (Moita; Andrade, 2009) e na necessidade de documentar práticas com impacto social mensurável, conforme preconizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) (2012) ao analisar a extensão universitária. Este relato de experiência articula três dimensões interconectadas: (1) a realização de grupos reflexivos semanais para encaminhados pela Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (VEVDFM) de Rondonópolis (extensão); (2) o desenvolvimento de um programa de formação continuada para facilitadores, técnicos e estudantes (ensino); e (3) a produção sistemática de conhecimento científico por meio de pesquisas de mestrado e iniciação científica vinculadas ao projeto guarda-chuva, que realizam grupos de estudos regulares para atualização contínua de extensionistas, mediadores e pesquisadores, além do projeto SER: acompanhamento, monitoramento e avaliação, que fundamenta teoricamente as práticas desenvolvidas nos grupos reflexivos (pesquisa).

O SER atende homens encaminhados pela VEVDFM, que registra mais de 2.000 processos em tramitação anualmente. Por meio de uma abordagem metodológica fundamentada em grupos reflexivos de gênero (Beiras et al., 2019) na perspectiva crítica do construcionismo social (Gergen, 2009; Spink, 2004), articulada com estudos de gênero e masculinidades (Connell, 2005; Kimmel, 1998) e uma postura feminista (Medrado; Lira, 2008; Zanello, 2018), o projeto busca promover processos de responsabilização e transformação de padrões violentos (Toneli et al., 2010), operando na interface entre o sistema de justiça e a universidade pública (Rifiotis et al., 2006).

Este relato de experiência está estruturado em três seções principais que dialogam entre si para demonstrar como o SER materializa a indissociabilidade universitária. Inicialmente, a seção “Fundamentação teórica: a práxis freiriana como fundamento da indissociabilidade universitária” discute os aportes teóricos que orientam a atuação universitária integrada. Posteriormente, “Estudo de caso: o projeto de extensão contínuo – SER” detalha a estrutura, metodologia e alcance

do projeto, apresentando a caracterização dos participantes, as bases teóricas que o fundamentam e a arquitetura pedagógica de suas ações. Por fim, as considerações finais refletem sobre o impacto da universidade pública na transformação social e no enfrentamento à violência, apontando horizontes para a continuidade e expansão de iniciativas similares. Esperamos que este percurso inspire outras universidades a abraçarem seu potencial transformador, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.

Fundamentação teórica: a práxis freiriana como fundamento da indissociabilidade universitária

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão encontra em Paulo Freire sua fundamentação epistemológica mais consistente. A práxis freireana, compreendida como unidade dialética entre ação e reflexão, teoria e prática, constitui o eixo organizador de uma universidade transformadora que se compromete com a democratização do saber e a construção de uma sociedade mais justa (Freire, 1987, 1996). Para Freire (1987), a práxis autêntica caracteriza-se pela unidade dialética entre ação e reflexão, superando tanto o verbalismo – reflexão sem ação – quanto o ativismo – ação sem reflexão. Esta concepção oferece o fundamento teórico para compreender a indissociabilidade universitária não como mera justaposição de atividades, mas como articulação integrada onde cada função se constitui e reconstitui por meio das demais. A práxis proposta por Paulo Freire estabelece que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo” (Freire, 1996, p. 22). Esta formulação fundamenta teoricamente a necessidade de articulação entre as três funções universitárias: a extensão como ação transformadora, a pesquisa como reflexão crítica sobre esta ação, e o ensino como espaço de síntese entre teoria e prática.

A concepção de extensão do educador pernambucano supera modelos assistencialistas e comunicativos bancários para configurar-se como comunicação dialógica, onde saberes acadêmicos e populares se confrontam e se sintetizam (Freire, 1987). Esta perspectiva reconhece que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1987, p. 68), estabelecendo as bases para uma prática extensionista que

transforma tanto a universidade quanto a comunidade, por meio do diálogo horizontal entre diferentes formas de conhecimento. A extensão inspirada em Freire não se limita à transmissão de conhecimentos da universidade para a comunidade, mas constitui-se como processo educativo mútuo, onde ambos os sujeitos se transformam por meio do diálogo crítico sobre a realidade. Esta concepção fundamenta uma extensão que se articula organicamente com a pesquisa, na medida em que os problemas identificados na prática social se transformam em objetos de investigação, e com o ensino, pois as experiências extensionistas enriquecem os processos formativos com a dimensão da prática social transformadora.

A metodologia de base freireana de investigação temática oferece fundamentos para uma pesquisa universitária que parte da realidade concreta dos sujeitos, identificando temas geradores que emergem de suas práticas sociais (Freire, 1987). Esta abordagem supera o produtivismo acadêmico ao comprometer-se com a produção de conhecimento que retorna aos sujeitos como instrumento de transformação de sua realidade, integrando rigor metodológico com relevância social. A pesquisa fundamentada em Freire não se limita a descrever a realidade, mas busca compreendê-la criticamente para transformá-la, estabelecendo uma relação dialética entre conhecimento e ação que caracteriza a práxis autêntica. Esta perspectiva fundamenta uma pesquisa que se articula com a extensão, pois parte dos problemas identificados na prática social, e com o ensino, pois os conhecimentos produzidos informam e enriquecem os processos formativos, criando um ciclo virtuoso onde teoria e prática se alimentam mutuamente.

O ensino universitário, ancorado no pensamento de Freire, deve superar a educação bancária – caracterizada pela transmissão vertical de conhecimentos – para promover uma educação problematizadora que desenvolve a consciência crítica dos educandos (Freire, 1987, 1996). Esta proposta pedagógica forma profissionais reflexivos capazes de ler criticamente o mundo, articulando conhecimento científico com compromisso social e superando a dicotomia entre formação técnica e formação humana. A educação problematizadora do pedagogo brasileiro permite que os estudantes compreendam que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). Esta concepção fundamenta um ensino que se articula com a extensão, pois os estudantes participam ativamente de ações transformadoras na comunidade, e com a pesquisa, pois desenvolvem capacidade de investigação crítica da realidade, tornando-se sujeitos de sua própria formação através da práxis educativa.

A perspectiva proposta por Paulo Freire (1987) concebe a universidade como instituição que deve estar “a serviço da libertação ou da domesticação”, posicionando-se claramente a favor dos oprimidos e comprometendo-se com a transformação das estruturas sociais injustas. Esta concepção fundamenta uma práxis universitária que articula ensino, pesquisa e extensão em função da democratização do saber e da construção de relações sociais mais equitativas. A universidade freireana não pode ser neutra diante das injustiças sociais e deve assumir seu compromisso com a transformação da realidade por meio da produção e socialização de conhecimentos que contribuam para a libertação dos oprimidos. Esta perspectiva exige que a indissociabilidade se materialize em práticas concretas que demonstrem o compromisso da universidade com a transformação social, superando a fragmentação entre teoria e prática, que caracteriza modelos tradicionais de educação superior.

O FORPROEX (2012) corrobora esta perspectiva ao definir a extensão como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade e contribuindo para a democratização do conhecimento. A indissociabilidade materializa-se, assim, em práticas concretas que demonstram a viabilidade de uma universidade socialmente engajada, comprometida com a propagação do saber e a construção de uma sociedade mais justa, onde ensino, pesquisa e extensão se articulam dialeticamente na produção de conhecimento comprometido com a transformação da realidade social.

Estudo de caso: o projeto de extensão contínuo – SER

Segundo Gil (2008), o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que se caracteriza pela investigação de um ou poucos objetos, permitindo um conhecimento amplo e detalhado do fenômeno em seu contexto real. Nesta seção, apresentamos o SER como um estudo de caso da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, demonstrando como essas três dimensões se articulam de forma integrada e mutuamente constitutiva.

Para sistematizar essa articulação, o Quadro 1 apresenta cada dimensão decompuesta em objetivo principal, atividades-chave e contribuição específica para a práxis integradora do SER.

Quadro 1 – SER como matriz indissociável de ensino, pesquisa e extensão

Dimensão	Objetivo Principal	Atividades-Chave	Contribuição à Indissociabilidade
Ensino	Formar facilitadores críticos	<ul style="list-style-type: none">• Supervisão de discentes• Oficinas teórico-práticas	Integra teoria e prática, preparando futuros profissionais para replicar o modelo.
Pesquisa	Produzir conhecimento situado	<ul style="list-style-type: none">• Estudos de caso• Entrevistas e análise de campo	Retroalimenta o desenho das oficinas e a formação, com evidências empíricas.
Extensão	Intervir em grupos de homens	<ul style="list-style-type: none">• Grupos reflexivos• Oficinas temáticas junto ao judiciário	Testa e aprimora hipóteses geradas na pesquisa e no ensino
Interseção SER	Projeto-laboratório que articula ensino, pesquisa e extensão de forma recíproca: <ul style="list-style-type: none">• A prática de extensão gera dados para pesquisa;• A pesquisa informa o conteúdo do ensino;• O ensino capacita para melhores intervenções na extensão.		

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme ilustrado no Quadro 1, a interconexão entre o âmbito formativo dos futuros facilitadores, a produção de conhecimento situado e a intervenção direta com os grupos de homens estabelece um ciclo importante. Essa abordagem inovadora e eticamente comprometida rompe com a compartimentação tradicional das atividades acadêmicas e, ao materializar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o projeto transcende os modelos convencionais de intervenção com homens encaminhados pelo poder judiciário em decorrência de processos relacionados à Lei Maria da Penha (Brasil, 2006).

Caracterização do projeto

O projeto configura-se como uma prática contínua. Suas ações integram as dimensões universitárias através de:

- Extensão: Atendimento direto a homens encaminhados pela VEVDPM, promovendo reflexão crítica sobre comportamentos violentos.
- Ensino: Formação de estudantes de graduação e pós-graduação, que desenvolvem competências práticas e teóricas através da participação ativa nas atividades do projeto.
- Pesquisa: Geração de conhecimento sobre masculinidades, violência de gênero e metodologias de intervenção, a partir das experiências e dados coletados.

Essa operacionalização do SER emerge como resposta aos desafios do enfrentamento à violência de gênero em Rondonópolis. Nesse contexto, a cultura local, influenciada por valores rurais tradicionais e pela lógica produtivista do agronegócio, frequentemente reforça concepções hegemônicas de masculinidade baseadas na força, controle e dominação – elementos que se entrelaçam com as dinâmicas de violência contra a mulher no território.

O público atendido pelo projeto é composto por homens adultos maiores de 18 anos. O perfil dos participantes reflete a diversidade socioeconômica e cultural da cidade, não sendo possível estabelecer características homogêneas. Essa heterogeneidade demanda flexibilidade metodológica e sensibilidade para trabalhar com diferentes realidades, trajetórias de vida e compreensões sobre as relações de gênero, configurando-se como um desafio pedagógico que enriquece tanto a formação dos estudantes quanto a produção de conhecimento sobre metodologias de intervenção em contextos diversos. Esses aspectos serão detalhados na seção de resultados.

Os dados coletados das fichas de cadastro dos participantes do projeto demonstram o perfil e os padrões de participação. São 80 homens, com 51,1% deles concluindo, 40,4% sendo dispensados e 8,5% desistindo, o que reflete desafios na manutenção da adesão em grupos reflexivos, corroborando as observações de Beiras et al. (2019) e Ramos, Brusamolín e Strey (2017) sobre as dificuldades de responsabilização. Demograficamente, a maioria é jovem-adulta (68,1% entre 26-45 anos), predominantemente de Rondonópolis (51,3%) ou outros municípios da região (21,2%), com uma sobrerrepresentação de pretos/pardos (80,9%). A escolaridade formal é baixa, com 76,2% não ultrapassando o Ensino Médio, o que reflete

a interseccionalidade entre classe social e violência de gênero (Saffioti, 2004). A prevalência de homens pretos/pardos confirma estudos sobre desigualdades estruturais (Cerqueira et al., 2021).

Quanto aos tipos de denúncia, a violência psicológica (31,3%) e física (23,2%) são as mais frequentes, com 17,4% dos casos envolvendo múltiplos tipos de violência, dado que corrobora análises sobre o ciclo da violência (Waiselfisz, 2015). O percentual de 12% de participantes que não souberam ou não responderam sobre o tipo de denúncia pode indicar desconhecimento ou estratégias de autodefesa, fenômeno discutido por Medrado e Lyra (2008). A predominância etária converge com Waiselfisz (2015), que identifica maior incidência de violência doméstica nessas faixas. Esses achados reforçam a necessidade de abordagens metodológicas sensíveis às especificidades socioculturais dos participantes (Spink, 1999) e a relevância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção de conhecimento situado sobre masculinidades e violência de gênero.

Bases teóricas

O projeto fundamenta-se em uma arquitetura teórico-metodológica que articula diferentes campos do saber, cuja integração contribui para a materialização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Essa tríade conceitual orienta tanto a compreensão do fenômeno da violência doméstica quanto as estratégias de intervenção desenvolvidas nos grupos reflexivos, ao mesmo tempo que instrui a formação acadêmica e a produção de conhecimento.

A perspectiva interseccional, desenvolvida inicialmente por mulheres negras como Crenshaw (1991), e aprofundada no contexto brasileiro por autoras como Gonzalez (2020), Carneiro (2003) e Akotirene (2019), constitui uma lente analítica fundamental para compreender como diferentes sistemas de opressão se articulam na produção da violência de gênero. Essa abordagem reconhece que as experiências de violência não podem ser compreendidas apenas pela categoria gênero, mas devem ser consideradas as intersecções com raça, classe, sexualidade e outras marcas identitárias que configuram diferentes vulnerabilidades e formas de resistência.

O construcionismo social constitui a nossa perspectiva epistemológica central, compreendendo a realidade como uma construção de interações sociais e práticas discursivas (Gergen, 2009; Spink, 2004). Essa abordagem questiona naturalizações sobre gênero, violência e masculinidade, reconhecendo-as como

construções históricas e culturais transformáveis. No SER, isso se materializa por meio de espaços reflexivos onde os participantes examinam criticamente narrativas que sustentam comportamentos violentos, reestruturando significados e práticas relacionais. Os pressupostos construcionistas permeiam as práticas extensionistas, informam a produção de conhecimento e desenvolvem capacidade crítica nos estudantes para analisar fenômenos sociais.

A análise das práticas discursivas demonstra-se fundamental para compreender como os homens constroem sentidos sobre suas experiências de violência. Conforme conceituadas por Spink e Medrado (2013), tais práticas referem-se aos modos pelos quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas, constituindo-se como momentos de ressignificação, ruptura e produção de subjetividades através da linguagem em uso. Essas práticas não são meramente linguísticas, mas ações situadas que constroem realidades e identidades no contexto das interações sociais. Entendemos que os discursos não apenas descrevem a realidade, mas a produzem ativamente. Nos grupos reflexivos, trabalhamos com os repertórios interpretativos – entendidos como os conjuntos de discursos e argumentos que os participantes mobilizam para justificar, minimizar ou negar a violência –, buscando ampliar suas possibilidades discursivas e, consequentemente, suas formas de ação no mundo (Spink; Medrado, 2013). Essa abordagem metodológica, aplicada na extensão, reflete diretamente na pesquisa, que se debruça sobre a análise desses discursos, e no ensino, capacitando os futuros profissionais a identificarem e trabalharem com as construções de sentido.

A análise das masculinidades, informada pela perspectiva interseccional (Collins, 2019; Ribeiro, 2017), reconhece que não existe uma masculinidade universal, e sim múltiplas formas de ser homem atravessadas por diferentes marcadores sociais. Os estudos críticos de gênero e masculinidades fornecem o arcabouço teórico para compreender as conexões entre construções de gênero e práticas violentas (Connell, 2013; Medrado; Lyra, 2008). No contexto de Rondonópolis, essas construções entrelaçam-se com os valores rurais tradicionais e a cultura do agronegócio, produzindo configurações específicas de masculinidade centradas na produtividade, controle de recursos e capacidade de prover. Esses princípios, combinados com tradições que estabeleceram o homem como “chefe da família”, criam um modelo que naturaliza o domínio sobre mulheres e filhos como uma extensão do controle sobre a propriedade rural. A lógica empresarial do agronegócio, pautada pela competitividade, transpõe-se nas relações interpessoais e legitima práticas de dominação que se manifestam domesticamente por meio de violência

psicológica, patrimonial e física (Saffioti, 2004). O feminismo negro brasileiro, através de autoras como Carneiro (2003), tem contribuído significativamente para evidenciar como raça, classe e gênero se articulam na construção de diferentes experiências masculinas, algumas das quais podem estar associadas a práticas violentas. Essa compreensão interseccional é fundamental para o trabalho com homens autores de violência, pois permite identificar as especificidades de cada trajetória e desenvolver estratégias de intervenção mais efetivas e culturalmente sensíveis. Essa configuração demanda intervenções que considerem não apenas aspectos individuais da violência, mas também as estruturas socioculturais que a sustentam, oferecendo um campo rico para articular extensão, pesquisa e ensino.

A perspectiva feminista de gênero permeia transversalmente todo o trabalho, permitindo analisar as relações de poder que estruturam as desigualdades entre homens e mulheres. Scott (1995) oferece ferramentas para compreender o gênero como elemento constitutivo das relações sociais e forma primária de significar relações de poder, enquanto Butler (2003) contribui com a noção de performatividade, demonstrando como as normas de masculinidade são reiteradas e naturalizadas, mas podem também serem subvertidas. Zanello (2018) amplia esse debate com uma abordagem interseccional, evidenciando como raça, classe e outras categorias sociais atravessam as construções de masculinidade e influenciam a perpetuação e contestação da violência de gênero. Essa lente analítica ajuda os participantes a reconhecerem como suas práticas individuais conectam-se a estruturas sociais mais amplas de opressão e como a masculinidade violenta pode ser desconstruída e transformada.

Metodologicamente, o SER estrutura-se por meio de grupos reflexivos de gênero, distinguindo-se dos modelos exclusivamente terapêuticos. Inspirados nas experiências latino-americanas (Beiras; Nascimento, 2017), os grupos configuram-se como espaços de problematização coletiva, onde a troca entre pares facilita o questionamento de certezas e a construção de novas possibilidades de ser homem. A dinâmica grupal favorece processos de identificação e diferenciação que potencializam mudanças – quando um participante questiona a naturalização da violência expressa por outro, cria-se uma fissura nas narrativas, mais potente que intervenções verticalizadas. O grupo torna-se um laboratório social, onde novas masculinidades podem ser experimentadas e validadas coletivamente, constituindo um campo fértil para a pesquisa sobre intervenções sociais e um laboratório prático para o ensino de facilitação e reflexão crítica.

A responsabilização representa um princípio metodológico central e difere radicalmente de abordagens culpabilizantes ou punitivas. Trata-se de um processo reflexivo, por meio do qual os participantes reconhecem sua atuação nas situações de violência, compreendendo as consequências de suas atitudes sem recorrer a justificativas que transfiram a responsabilidade para as vítimas ou para fatores externos. Esse trabalho delicado exige dos facilitadores habilidade para manter o foco na transformação sem minimizar a gravidade da violência perpetrada. A responsabilização, enquanto princípio metodológico da ação extensionista, oferece um objeto de pesquisa complexo e um campo de aprendizagem fundamental para os estudantes envolvidos (ensino) (Beiras; Nascimento, 2017).

O compromisso ético-político do projeto alinha-se aos direitos humanos e às normativas do Conselho Federal de Psicologia, particularmente a Resolução CFP nº 001/1999 (CFP, 1999), orientando a atuação no combate à discriminação e violência. Reconhecemos que trabalhar com esses homens não relativiza a gravidade de seus atos nem desvia recursos da proteção às vítimas, mas atua complementarmente na construção de uma sociedade mais justa. Este compromisso reforça o papel da indissociabilidade como veículo transformador da universidade, alinhando ensino, pesquisa e extensão a uma finalidade social clara. A fundamentação teórico-metodológica apresenta-se como referencial dinâmico que se reconstrói por meio do diálogo com a prática, exemplificando a práxis universitária indissociável. A complexidade da violência de gênero e a diversidade dos participantes exigem flexibilidade epistemológica e metodológica, sempre ancorada no compromisso ético com a transformação social e a promoção de relações baseadas no respeito, equidade e cuidado mútuo.

Arquitetura pedagógica

O projeto organiza-se em ciclos de dez encontros semanais, pautado na literatura científica que indica que grupos devem funcionar com 8 a 12 participantes (Pichon-Rivière, 2009). Dos dez encontros, oito são dedicados à reflexão em grupo, um à palestra jurídica sobre a Lei Maria da Penha e outro à oficina de projeto de vida. Os encontros ocorrem às quartas-feiras no período noturno, nas instalações da UFR, horário e localização que facilitam a participação de homens inseridos no mercado de trabalho e sublinham o compromisso da universidade pública com a transformação social. A ênfase na reflexão grupal alinha-se aos princípios de Beiras e Nascimento (2017), sendo operacionalizada por uma equipe constituída

por profissionais e estudantes de psicologia. Essa configuração, embora reflita os desafios da oferta acadêmica local – visto que a UFR não oferece curso de Serviço Social e o curso de Direito encontra-se em sua primeira turma –, permite que profissionais desenvolvam competências específicas, enquanto estudantes produzem conhecimento sobre gênero e masculinidades.

O perfil profissional requer competências específicas, como habilidade comunicativa, dinamismo na facilitação e criatividade pedagógica, em que os facilitadores equilibrem firmeza com acolhimento, evitando posturas autoritárias e promovendo a integração grupal; igualmente acolhendo singularidades e diferentes perspectivas, preservando a capacidade crítica para questionar valores que naturalizem comportamentos violentos (Beiras et al, 2019). A equipe do projeto desenvolve suas atividades seguindo diretrizes técnicas específicas que asseguram a qualidade e efetividade da intervenção, com atribuições estruturadas com base nas recomendações nacionais para serviços de responsabilização e educação de homens autores de violência, devidamente adaptadas à realidade local.

Entre as principais responsabilidades, destaca-se a condução dos encontros em duplas, preferencialmente compostas por um homem e uma mulher, configuração que favorece a diversidade de perspectivas e o equilíbrio nas intervenções, alinhada à compreensão da construção social do gênero (Beauvoir, 1970; Scott, 1986) e seus impactos nas dinâmicas relacionais. A criação e manutenção de parcerias institucionais constitui outro eixo fundamental, abrangendo o sistema de justiça, a rede de proteção à mulher e os serviços de saúde e assistência social, articulando o conhecimento universitário com a investigação das demandas sociais para construir respostas efetivas aos problemas comunitários, e reforçando o papel da universidade como agente de transformação social e produtor de conhecimento pluriversitário (Santos, 2004). O monitoramento sistemático das atividades realiza-se por meio de reuniões semanais de supervisão que garantem o alinhamento metodológico e o cuidado com a equipe. Esse processo é complementado por entrevistas individuais de acolhimento e conclusão, além da aplicação de instrumentos de avaliação padronizados que permitem acompanhar a trajetória de cada participante, integrando, assim, a formação teórica dos facilitadores com a produção de dados empíricos sobre a efetividade das intervenções para aprimorar continuamente o atendimento à comunidade.

O ingresso no grupo reflexivo ocorre prioritariamente por determinação judicial, embora também seja possível a participação voluntária, conforme a disponibilidade de vagas. O Poder Judiciário confirma as decisões de deferimento de

medidas protetivas e encaminha os participantes à equipe técnica, que deve ser contatada por telefone em até cinco dias úteis após a intimação.

É comum que os homens cheguem à universidade em estado de agitação e ansiedade, reflexo da complexidade da situação que vivenciam. Nesse momento, eles são recebidos pelo coordenador do projeto nos espaços comuns da instituição, numa abordagem que prioriza o estabelecimento de um diálogo acolhedor. A conversa inicial explora o conhecimento prévio sobre a universidade, enfatizando que a UFR constitui um espaço público aberto à comunidade, onde diversos serviços são oferecidos à população. Essa estratégia de acolhimento materializa os princípios da educação dialógica (Freire, 1987), transformando a universidade em um espaço de encontro, onde o saber acadêmico se articula com as demandas sociais concretas. Essa abordagem visa criar um ambiente mais receptivo e compreensível, permitindo que os participantes se sintam mais confortáveis e seguros para dar continuidade ao processo de vinculação com o serviço.

Após o primeiro contato, os participantes são conduzidos a uma sala reservada no Centro de Práticas Psicológicas para a entrevista individual, conduzida pelo coordenador e sempre acompanhada por um membro da equipe – seja estudante extensionista de psicologia ou do programa de mestrado em educação. A composição diversificada da equipe, que conta com três estudantes homens do curso de psicologia e três estudantes mulheres do mestrado em educação, possibilita o trabalho em duplas mistas. Essa estratégia dinamiza as questões de gênero, valorizando as diferentes perspectivas masculinas e femininas no processo de acolhimento (Beiras et al., 2019). Durante esse momento, ressalta-se a independência do serviço em relação ao Sistema de Justiça e garante-se a confidencialidade das informações compartilhadas, sendo enviada à vara especializada apenas a ficha de frequência dos participantes.

A entrevista inicial desempenha papel estratégico no estabelecimento do vínculo entre participantes e facilitadores, transcendendo a mera recepção formal para constituir-se como um espaço de acolhimento humanizado e de construção de relações de confiança. Fundamentada na Psicologia Social Crítica (Spink, 2004) e na perspectiva construcionista social (Gergen, 2009), essa abordagem reconhece que as narrativas sobre violência são construções sociais que podem ser ressignificadas por meio do diálogo reflexivo. Nessa oportunidade, a equipe exercita sua capacidade de escuta qualificada, associando a história de vida do entrevistado com o episódio de violência que motivou o encaminhamento, e permanecendo atenta a possíveis indicadores de alcoolismo, uso de substâncias ou

sofrimento psíquico que demandem atenção especializada. Essa prática integra conhecimentos teóricos dos Estudos Críticos das Masculinidades (Connell, 2005; Medrado; Lyra, 2008) com a experiência crítica em formação, demonstrando como a pesquisa acadêmica informa e qualifica a intervenção social.

Esse momento também permite identificar situações de uso inadequado da Lei Maria da Penha, como casos motivados por vingança, tentativas de afastamento dos filhos do convívio paterno ou estratégias de proteção familiar diante de ameaças de outra natureza, situações que demandam encaminhamentos específicos e diferenciados. Paralelamente, realiza-se avaliação criteriosa dos riscos envolvidos, analisando a magnitude, frequência e modalidades da violência relatada. A condução privilegia perguntas breves e elucidativas, evitando questionamentos excessivos ou juízos de valor. Adota-se uma postura que acolhe as diferentes perspectivas sem confrontos diretos, buscando compreender a visão do entrevistado sobre sua situação, em consonância com a postura ético-política feminista (Nogueira, 2001) que orienta o projeto. Embora os participantes cheguem ao serviço por determinação judicial mediante medida protetiva, a autonomia concedida pela juíza da vara especializada ao coordenador do projeto permite que a decisão de participar seja construída dialogicamente com os homens.

Seguindo as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2012), o programa exclui indivíduos com histórico de abuso sexual, dependência química com comprometimento funcional, transtornos psiquiátricos não estabilizados, autoria de crimes dolosos contra a vida ou comportamento disruptivo que comprometa a dinâmica grupal. Esses critérios refletem a necessidade de equilibrar a perspectiva dos Estudos Críticos das Masculinidades (Connell, 2005) – que reconhece a possibilidade de transformação dos padrões masculinos hegemônicos – com os princípios éticos da intervenção psicossocial, garantindo um ambiente seguro para o trabalho reflexivo.

A equipe técnica do SER estabeleceu critérios adicionais de exclusão adaptados às especificidades locais, incluindo profissionais cujas jornadas laborais impossibilitem a participação semanal regular (como caminhoneiros e trabalhadores em regime de escala) e homens cuja única opção de cuidado infantil durante os encontros seja o recurso às ex-companheiras, evitando situações que possam gerar constrangimento ou exposição adicional às mulheres. Reconhecendo que o desemprego pode intensificar situações de violência e que a flexibilidade de acesso é fundamental, a equipe investiga a implementação de grupos online para atender participantes com restrições de horário ou deslocamento, proposta que

demonstra como a indissociabilidade universitária (Chauí, 1999) se expressa na inovação metodológica, em que a pesquisa sobre novas tecnologias educativas informa o ensino de práticas interventivas e amplia o alcance da extensão.

O conteúdo programático dos grupos reflexivos caracteriza-se pela flexibilidade, permitindo adaptações conforme as demandas dos participantes. A estrutura proposta organiza-se em três modalidades pedagógicas distintas, totalizando 10 encontros temáticos. Essa distribuição curricular flexível expressa os princípios da Pedagogia Dialógica (Freire, 1987), em que o programa educativo se constrói na práxis, articulando teoria e prática a partir da realidade concreta dos participantes, e demonstrando como a extensão universitária materializa a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A modalidade de Reflexão, composta por 8 encontros, aborda temáticas centrais: (1) relações íntimas; (2) relações de gênero; (3) processos de mudança comportamental; (4) ciclo da violência intrafamiliar, contemplando tanto a violência praticada quanto a sofrida; (5) interface entre drogas e sociedade; (6) inteligência emocional; (7) sexualidade, mitos e tabus; (8) paternidade responsável. Esta sequência temática reflete a perspectiva dos Estudos Críticos das Masculinidades (Connell, 2005), que compreende a masculinidade hegemônica como construção social passível de transformação, integrando dimensões relacionais, emocionais e sociais que sustentam práticas violentas, enquanto o ensino de graduação e pós-graduação se enriquecem com a sistematização dessas experiências interventivas.

A modalidade de Roda de Conversas, realizada em 1 encontro com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), contempla aspectos jurídicos da Lei Maria da Penha, abordando contexto histórico, medidas protetivas, evolução das penalidades, mecanismos de responsabilização e educação dos autores, além de questões relacionadas a pensão, guarda e alimentos. Esta modalidade exemplifica como a extensão universitária promove a articulação entre diferentes saberes e instituições (Santos, 2004), ao integrar conhecimento jurídico e psicossocial, enquanto oferece aos estudantes de psicologia uma compreensão interdisciplinar dos fenômenos da violência de gênero.

A modalidade de Oficina, desenvolvida em 1 encontro denominado “Projetando o Futuro”, encerra o ciclo propondo a construção de um projeto de vida sem violência, integrando os aprendizados desenvolvidos ao longo do programa. Esta síntese final materializa a dimensão transformadora da extensão universitária (Chauí, 1999), em que o processo educativo culmina na elaboração

de novos projetos existenciais, gerando tanto transformação social quanto conhecimento sistematizado que retroalimenta as atividades de ensino e pesquisa.

Esta estrutura modular permite que os facilitadores ajustem o percurso formativo às características específicas de cada grupo, mantendo a coerência com os objetivos de transformação das práticas violentas e construção de relações equitativas de gênero. Esta flexibilidade metodológica expressa como a práxis freireana se concretiza na extensão universitária, em que a ação educativa se constrói dialogicamente, por meio do respeito dos saberes dos participantes e da adaptação das especificidades de cada contexto, demonstrando a indissociabilidade entre teoria e prática que caracteriza a formação universitária crítica (Freire, 1996).

O SER estrutura-se por meio de uma articulação intersetorial que integra o Tribunal de Justiça de Rondonópolis, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS Adulto e CAPS AD), o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e a Patrulha Maria da Penha. Essa rede possibilita encaminhamentos qualificados e acompanhamento integral dos casos, garantindo respostas coordenadas em que as intervenções grupais se articulam com as demais ações de proteção às vítimas e responsabilização dos autores. Esta configuração intersetorial exemplifica como a extensão universitária materializa a função social da universidade pública (Santos, 2004), de modo a transcender os muros acadêmicos para articular diferentes saberes e instituições na construção de respostas complexas a problemas sociais complexos, demonstrando a indissociabilidade entre universidade e sociedade.

A formação continuada constitui um pilar fundamental para a qualificação permanente dos profissionais envolvidos no projeto. Esta dimensão estrutura-se em múltiplas estratégias formativas que articulam teoria e prática, promovendo o desenvolvimento integrado de competências técnicas e científicas essenciais ao trabalho com violência de gênero. Esta sistematização da formação continuada demonstra como a extensão universitária se estabelece como um espaço privilegiado de educação permanente (Freire, 1987), onde a práxis educativa se constrói continuamente e integra ensino, pesquisa e extensão na formação tanto de estudantes quanto de profissionais já atuantes no campo.

As supervisões técnicas, realizadas sistematicamente, proporcionam espaços privilegiados de reflexão sobre as práticas desenvolvidas nos grupos, favorecendo o compartilhamento de experiências, a discussão de casos complexos e o alinhamento metodológico entre os facilitadores, além de assegurar tanto a qualidade quanto a uniformidade das intervenções, elementos fundamentais para

a efetividade do programa. Essas supervisões concretizam a dimensão pedagógica da extensão universitária, estabelecendo-se em espaços de construção coletiva do conhecimento onde a experiência prática se comunica com o referencial teórico. Elas são complementadas pelos estudos de caso, que se configuram como ferramenta pedagógica essencial, possibilitando a análise aprofundada de situações específicas enfrentadas no cotidiano dos grupos e a construção coletiva de estratégias de intervenção que aprimoram continuamente as abordagens reflexivas. Esta metodologia demonstra como a extensão universitária se configura como um laboratório vivo de produção de conhecimento (Spink, 2004).

Um aspecto fundamental que merece destaque no projeto refere-se ao protagonismo ativo dos estudantes na construção e desenvolvimento das ações. Diferentemente de modelos tradicionais, em que discentes assumem um papel passivo ou meramente executivo, o projeto promove uma participação efetiva dos acadêmicos de psicologia em todas as etapas: desde o planejamento das intervenções até a análise crítica dos resultados obtidos. Os estudantes não apenas aplicam conhecimentos teóricos previamente adquiridos, mas co-constroem saberes por meio da reflexão sobre suas práticas. Além disso, participam ativamente das discussões de caso, propõem estratégias de intervenção e contribuem para o aprimoramento contínuo da metodologia. Esta postura protagonista materializa os princípios freireanos de educação libertadora (Freire, 1987), onde o educando se torna sujeito de sua própria formação, desenvolvendo autonomia intelectual e senso crítico. Tal abordagem enriquece a formação profissional da equipe de estudantes e profissionais de psicologia e também democratiza a produção do conhecimento, reconhecendo-os como parceiros legítimos na construção de saberes sobre masculinidades e prevenção da violência de gênero.

A documentação de acompanhamento envolve a elaboração mensal de Relatórios de Frequência coletivos, encaminhados à Vara Especializada, e Relatórios Trimestrais de Atividades, apresentados nas reuniões de avaliação com parceiros institucionais. O sistema de informações mantém-se permanentemente atualizado, registrando indicadores como o número de grupos ativos, perfil sociodemográfico dos participantes, índices de adesão e conclusão, além dos tipos de violência praticada.

A participação em eventos científicos representa uma estratégia fundamental para a formação e disseminação do conhecimento produzido, incentivando os profissionais a apresentarem trabalhos em congressos, seminários e encontros acadêmicos, com o propósito de compartilhar as metodologias desenvolvidas no

projeto e os resultados alcançados. Esta socialização do conhecimento, conforme destacam Freire (1987) e Santos (2004), transforma experiências locais em contribuições para o campo científico mais amplo, cumprindo a função social de democratização do saber e materializando-se por meio de publicações diversificadas, como resumos em anais de eventos, capítulos de livros e artigos científicos em periódicos especializados.

Assim, o SER materializa a indissociabilidade por meio de uma arquitetura que integra a intervenção direta com homens autores de violência (extensão), a formação prática de estudantes de psicologia (ensino) e a produção de conhecimento sobre masculinidades e violência de gênero (pesquisa), configurando-se como um modelo de atuação universitária, contextualizada às especificidades socioculturais de Rondonópolis e região.

Considerações finais

Este relato de experiência propôs-se a analisar a experiência do SER como materialização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, examinando seus fundamentos teórico-conceituais, contextualizando seu desenvolvimento, caracterizando suas práticas pedagógicas e investigando como se articulam as três dimensões universitárias no enfrentamento à violência de gênero.

Os objetivos propostos foram plenamente alcançados, conforme evidenciam: a sistematização teórica que demonstrou a evolução histórica e conceitual da indissociabilidade; a caracterização detalhada das metodologias reflexivas e participativas empregadas; e a análise empírica que revelou como o protagonismo estudantil articula ensino (formação crítica sobre masculinidades), pesquisa (produção de dissertações e artigos) e extensão (grupos reflexivos com mais de 80 participantes).

Os principais achados indicam que a indissociabilidade se torna efetiva quando: (1) o protagonismo estudantil representa um elemento estruturante das ações; (2) a prática extensionista gera questões de pesquisa socialmente relevantes; (3) os resultados das investigações retroalimentam tanto o ensino quanto a extensão; (4) estabelecem-se parcerias institucionais sólidas; e (5) desenvolve-se uma formação continuada que envolve teoria e prática, confirmando que projetos dessa natureza superam a fragmentação histórica das atividades universitárias.

As contribuições deste trabalho são múltiplas: teoricamente, colabora para os Estudos Críticos das Masculinidades ao demonstrar a eficácia de intervenções educativas na desconstrução de padrões hegemônicos de masculinidade; socialmente, demonstra o impacto transformador da universidade no enfrentamento à violência de gênero; politicamente, fornece subsídios para políticas públicas de educação superior e de prevenção à violência; pedagogicamente, apresenta metodologias inovadoras de formação profissional; e institucionalmente, evidencia a relevância da extensão universitária crítica e socialmente comprometida.

As limitações incluem o foco em experiência singular, que embora rica, requer estudos comparativos com outras iniciativas; a ausência de acompanhamento longitudinal dos egressos do projeto, para avaliar impactos a longo prazo; a necessidade de aprofundar a análise sobre sustentabilidade financeira e institucional; e a carência de instrumentos padronizados para mensurar quantitativamente a efetivação da indissociabilidade.

Pesquisas futuras podem investigar: estudos comparativos entre diferentes modelos de articulação ensino-pesquisa-extensão em universidades brasileiras; análises longitudinais do impacto de projetos similares na trajetória formativa e profissional dos estudantes; desenvolvimento de indicadores para avaliar a indissociabilidade; investigações sobre a reincidência e mudanças comportamentais dos participantes; estudos sobre institucionalização e sustentabilidade de projetos extensionistas; e análises interseccionais, considerando raça, classe e territorialidade nas intervenções reflexivas com participantes dos grupos.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.
- ASETTO, M. T. Competência pedagógica do professor universitário. São Paulo: Summus, 2003.
- BEAUVOIR, S. O segundo sexo. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BEIRAS, A. et al. Grupos reflexivos de gênero com homens: 10 anos de experiência. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPP, 2019.
- BEIRAS, A.; NASCIMENTO, M. Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Noss, 2017.
- BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. 1988.
- https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 8 ago. 2006.

www.planalto.gov.br. Acesso em: 07 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. SERH: Serviços de educação e responsabilização de homens autores de violência doméstica contra mulheres. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2012.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-133, set./dez. 2003.

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>.

CERQUEIRA, D. et al. Atlas da Violência 2021. Brasília, DF: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. São Paulo: Cortez, 1999.

COLLINS, P. H. Pensamento feminista negro. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. Stanford Law Review, Stanford, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, jul. 1991.

CONNELL, R. Masculinidades. Tradução de Pedro F. Maia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 001/1999, de 23 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, DF: CFP, 1999.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 156, de 8 de agosto de 2012.

<https://www.cnj.jus.br/>. Acesso em: 07 nov. 2025.

FORPROEX – Fórum De Pró-reitores De Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras. Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus: FORPROEX, 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2024. 18. ed. São Paulo: FBSP, 2024.

<https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em: 07 nov. 2025.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GERGEN, K. J. O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 299-325, jan./jul. 2009.

<https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- JEZINE, E. A extensão universitária como uma prática social. *Revista Conceitos*, n. 15, p. 44-52. 2006.
- KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, v. 4, n. 9, p. 103-117. 1998.
<https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>.
- MEDRADO, B.; LIRA, F. Violência de gênero contra as mulheres: a abordagem psicossocial como alternativa de intervenção. Recife: Instituto PAPAÍ, 2008.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. (Org.). Gênero e saúde: um olhar sobre o homem e suas masculinidades. Recife: Instituto PAPAÍ, 2008.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, set./dez. 2008.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>.
- MOITA, F. M. G. S. C.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 41, p. 269-280. 2009.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782009000200006>.
- NOGUEIRA, C. Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, p. 137-153. 2001.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100007>.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher. 1994.
<https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencaoobelem1994.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- PICHON-RIVIÈRE, E. O processo grupal. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- RAMOS, A. S.; BRUSAMOLIN, C.; STREY, M. N. Homens autores de violência contra mulheres: características psicossociais e desafios de intervenção. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, e164475. 2017.
- RIBEIRO, D. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIFIOTIS, T. et al. Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.
- SAFFIOTI, H. I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, B. S. Uma outra universidade é possível. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 26, p. 11-23, maio/ago. 2004.
- SCOTT, J. W. *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1986.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 07 nov. 2025.
- SPINK, M. J. P. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. P. Apresentação da Edição Brasileira. In: GERGEN, Kenneth J. O construcionismo social: um convite. Tradução de Suely Laia. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 7-10, 2004.

SPINK, M. J. P. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

SPINK, M. J. P.; Medrado, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, p. 22-41, 2013.

TONELI, M. J. F. et al. Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPP, 2010.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO Brasil, 2015.

ZANELLO, V. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

♦ VOL. 13, 2025, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

www.ufmg.br/revistainterfaces

Contato: revistainterfaces@proex.ufmg.br

